

LDO 2015
ANEXO I

METAS FISCAIS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014
		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
30.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	11.607.709,00	12.151.369,00	13.641.119,07	14.938.660,00
31.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	311.947,00	357.719,00	540.019,18	575.500,00
32.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	22.348,00	23.515,00	21.405,85	21.900,00
33.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES EM FOMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
34.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	100.188,00	242.937,00	63.489,20	26.140,00
35.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	93.579,00	36.347,00	46.878,89	26.140,00
36.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações em FOMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
37.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	6.580,00	6.580,00	6.589,51	6.580,00
38.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
39.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
40.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	103.282,00	188.720,00	126.749,04	278.200,00
41.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.025.891,00	11.508.518,00	12.869.825,13	13.422.850,00
42.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.072,00	29.960,00	30.151,89	615.070,00
43.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
44.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	248.000,00	0,00	0,00	0,00
45.0.00.00.00.00	ALIENACÃO DE BENS	93.112,00	0,00	0,00	52.000,00
46.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	5.220,00	26.995,00	8.923,11	168.000,00
47.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	391.978,00	446.026,00	584.862,08	1.134.010,00
48.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
49.0.00.00.00.00	RECEITAS PARA ORÇAMENTOS ANEXOS	0,00	0,00	0,00	0,00
50.0.00.00.00.00	(1) DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.627.656,00	-1.987.768,00	-2.076.807,01	-2.340.920,00
	TOTAL DA RECEITA	10.616.363,00	10.740.426,00	12.196.743,84	13.958.600,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014
		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Reestimado
30.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.811.128,83	10.155.043,80	10.580.303,02	11.031.724,90
31.0.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.157.202,68	5.202.224,15	5.597.437,70	6.565.493,19
32.0.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.688,38	20.131,62	15.664,93	10.000,00
33.0.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA RPPS (Fonte 0050)	0,00	0,00	0,00	0,00
34.0.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.642.259,82	4.932.688,13	4.967.200,39	5.241.955,81
35.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
36.0.00.00.00.00	Despesas Correntes RPPS (Fonte 0050)	0,00	0,00	0,00	0,00
37.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.344.708,82	1.029.116,29	1.078.963,37	1.187.081,00
38.0.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.329.800,54	984.389,05	1.031.508,86	1.122.081,00
39.0.00.00.00.00	Investimentos RPPS (Fonte 0050)	0,00	0,00	0,00	0,00
40.0.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0.00.00.00.00	Contratação de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
42.0.00.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	14.908,08	44.727,24	48.454,51	50.000,00
44.0.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
45.0.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA RPPS				
	TOTAL DAS DESPESAS	10.655.838,90	11.184.160,19	11.660.266,39	13.958.600,00
	PREVISÕES DA HEI DE ORÇAMENTO	2011	2012	2013	2014
	Receita Previsão da Dívida (FUNDEB)	9.756.181,89	11.312.245,00	11.993.043,10	13.958.600,00
	Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.270,00	92.200,00	11.185,62	26.140,00
	Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	52.000,00
	Receita de Alienação de Bens	23.000,00	61.800,00	16.259,80	168.000,00
	Despesas Fixadas (Capital de Orçamento)	6.000,00	4.780,00	0,00	10,00
	Juros e Encargos da Dívida	7.980,00	0,00	29.410,00	10.000,00
	Amortização de Dívidas	58.800,00	0,00	80.177,88	50.000,00
	Contratação de Empréstimos		30.000,00		

Município de :
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada	186.383,68	137.909,17	93.181,93	46.761,98	(7.717,78)	(13.331,32)
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	525.707,22	1.404.548,04	1.404.548,04	1.111.601,10	1.308.899,06	1.274.349,40
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	(1.064.839,12)	(1.314.616,82)	(1.287.680,72)
(4) Passivos Reconhecidos						
(5) Dívida Fiscal Líquida	-	-	-	(1.064.839,12)	(1.314.616,82)	(1.287.680,72)
(6) Resultado Nominal		-	-	(1.064.839,12)	(249.777,70)	26.936,10

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	82.000,00			
2.2 Encargos	20.131,82	15.664,93	10.000,00	12.800,00	15.041,28	1.086,67
2.3 Amortizações	44.727,24	48.454,51	80.000,00	44.727,24	44.727,24	3.727,27

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

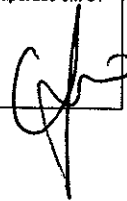


TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Execício	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PROJEÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	5,83%	5,91%	6,43%	6,17%	5,57%	5,31%
QUADRO PIB	2,70%	2,30%	1,24%	1,57%	2,48%	2,82%
INCREMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	19,31%	1,69%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
INCREMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIADOS	-2,27%	-7,51%	-2,14%	0,00%	0,00%	0,00%
INCREMENTO NA ARRECADADO TRIBUTÁRIA	6,14%	42,75%	-1,10%	15,93%	19,19%	11,34%
INFLAÇÃO REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	-4,15%	3,62%	-3,37%	-1,30%	-0,35%	-1,68%
INCREMENTO DE AUMENTO SALARIAL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,00%
INCREMENTO DOS INVESTIMENTOS	-34,50%	-3,42%	68,97%	3,00%	4,00%	5,00%
Juros (Selic Efetiva)	11,00%	7,25%	10,95%	11,92%	11,31%	10,62%
S (em R\$ milhões)	296.488	333.467	342.928	361.533	377.171	392.974

Parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua natureza, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir.

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESFARREC .TRIBUT.	CRESC. REC.TRANS FERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P M	X	X				
Recetta de Contribuições - R P P S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - P M	X					
Rendimentos de Aplicações - RPPS	X					
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas Agropecuárias	X	X				
Receitas de Serviços	X	X				
Transferências Correntes	X	X		X		
Outras Receitas Correntes - P M	X	X				
Outras Receitas Correntes - R P P S	X					
Operações de Crédito						
Alienação de Bens	X					X
Antecipação de Empréstimos	X					
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X				X	
Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	X					
Deduções da Receita	X					

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC. FOLHA	CRESC. CUSTEIADOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC. INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	X		X		
Pessoal do R P P S	X	X		X		
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida RPPS	X					X
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente RPPS	X		X			
Investimentos	X				X	
Investimentos RPPS	X				X	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X				X	
Outras Viveres Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					X

Município de :
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017			R\$ 1,00
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)	
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100	
Receita Total	16.773.839	15.799.038	0,005%	17.902.038	15.972.031	0,005%	16.312.930	13.820.381	0,004%	
Receitas Primárias (I)	16.739.885	15.767.058	0,005%	17.866.031	15.939.906	0,005%	16.274.812	13.788.087	0,004%	
Despesa Total	16.773.839	15.799.038	0,005%	17.902.038	15.972.031	0,005%	16.312.930	13.820.381	0,004%	
Despesas Primárias (II)	16.716.312	15.744.854	0,005%	17.842.270	15.918.706	0,005%	16.308.136	13.816.320	0,004%	
Resultado Primário (I - II)	23.574	22.204	0,000%	23.762	21.200	0,000%	16.308.136	13.816.320	0,004%	
Resultado Nominal	(1.064.839)	(1.002.957)	0,000%	(249.778)	(222.849)	0,000%	(33.324)	(28.232)	0,000%	
Dívida Pública Consolidada	46.782	44.044	0,000%	(7.718)	(6.886)	0,000%	26.936	22.820	0,000%	
Dívida Consolidada Líquida	(1.064.839)	(1.002.957)	0,000%	(1.314.617)	(1.172.889)	0,000%	(1.287.681)	(1.090.928)	0,000%	

Fonte:

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios e os valores reestimados para o exercício atual, além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da pirâmide de valores do IPTU, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, crescimento da população e do movimento econômico, crescimento real das receitas transferidas, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação e crescimento real, quando cabível, das despesas com pessoal e demais custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,57%, 2,48% e 2,82% e das taxas de inflação (IPCA), de 6,17%, 5,57% e 5,31%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 637/2012. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se o saldo da dívida em 31/12/2013, de R\$ 137.909,17 menos 12 parcelas a serem pagas de R\$ 3.727,27 em 2014, resultando no saldo da dívida consolidada de R\$ 93.181,93.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculadas levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2014, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
- 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2015, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 16.503.838,84 a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 27.752,84), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das Aliações de Bens (R\$ 0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 6.200,62), resultam numa Receita Primária de R\$ 16.469.885,00.
- 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 16.503.838,84. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 12.800,00, e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 44.727,24, tem-se que as despesas primárias para 2015 foram previstas em R\$ 16.446.311,62.
- 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas fiscais em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2015 que foi inicialmente prevista em R\$ 33.953,84, a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, na Lei Orçamentária Anual, a meta poderá ser alterada pela para mais ou para menos, conforme expressa previsão do art. 2º, § 1º, da LDO.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.

Município de :
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2015

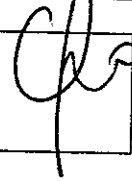
AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS									
Receitas Primárias RPPS (I)									
Despesa Total RPPS									
Despesas Primárias RPPS (II)									
Resultado Primário RPPS (I - II)									

Fonte:

O MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL



Município de :
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

RS 1,00

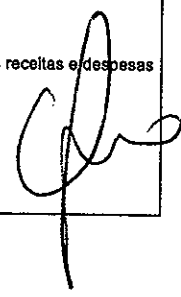
ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	16.772.389	18.709.983	0,065	17.919.038	15.972.000	0,065	16.772.389	18.709.983	0,065
Receitas Primárias (I)	16.772.389	18.709.983	0,065	17.919.038	15.972.000	0,065	16.772.389	18.709.983	0,065
Despesa Total	16.772.389	18.709.983	0,065	17.919.038	15.972.000	0,065	16.772.389	18.709.983	0,065
Despesas Primárias (II)	16.772.389	18.709.983	0,065	17.919.038	15.972.000	0,065	16.772.389	18.709.983	0,065
Resultado Primário (I - II)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000

Fonte:

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Exceções as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.



Município de :
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	11.993.043	0,004%	12.165.744	0,004%	172.701	1,44%
Receita Primárias (I)	11.965.618	0,004%	12.105.781	0,004%	140.163	1,17%
Despesa Total	11.993.043	0,004%	11.660.266	0,003%	(332.777)	-2,77%
Despesa Primárias (II)	11.903.455	0,004%	11.596.147	0,003%	(307.308)	-2,58%
Resultado Primário (I-II)	62.162	0,000%	509.634	0,000%	447.471	719,84%
Resultado Nominal	-	0,000%	-	0,000%	-	-
Dívida Pública Consolidada		0,000%	137.909	0,000%	137.909	-
Dívida Consolidada Líquida		0,000%	-	0,000%	-	-

FONTE:

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2013), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2013 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 509.633,69, valor 719% superior à meta estabelecida, que era de R\$ 62.162,46. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 12.105.780,64, superando em 1,17% a projeção para o período de R\$ 11.965.617,69. As despesas não financeiras atingiram R\$ 11.596.146,95, estabelecendo-se 2,58% abaixo da previsão orçamentária. Não obstante a sua retração, que correspondeu a 95% do total das receitas primárias não comprometendo, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento de 2,98% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2013 a performance do grupo de receita de transferências correntes, que superou a expectativa em 3,22%.

A dívida consolidada totalizou R\$ 137.909,17, previsto neste montante para o exercício. Tal comportamento é reflexo do aumento dos desembolsos da amortização da dívida que totalizou em 2013 R\$ 48.454,51, valor muito próximo da projeção consignada na Lei do Orçamento de R\$ 60.177,88.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2013, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida zerada, sendo resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício confirmaram esta cifra.

Município de :
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2015

AMF – Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES							R\$ 1,00			
	2012	2013	Variação %	2014	Variação %	2015	Variação %		2016	Variação %	2017
Receita Total	11.312.246	11.993.043	6,02%	13.958.500	16,39%	16.773.839	20,17%	17.902.038	6,73%	16.312.930	-8,88%
Receitas Primárias (I)	11.153.666	11.965.618	7,28%	13.712.360	14,60%	16.739.885	22,08%	17.866.031	6,73%	16.274.812	-8,91%
Despesa Total	11.312.246	11.993.043	6,02%	13.958.500	16,39%	16.773.839	20,17%	17.902.038	6,73%	16.312.930	-8,88%
Despesas Primárias (II)	11.282.246	11.903.455	5,51%	13.898.500	16,76%	16.716.312	20,27%	17.842.270	6,74%	16.308.136	-8,60%
Resultado Primário (I – II)	(128.580)	62.162	-148,35%	(186.140)	-399,44%	23.574	-112,66%	23.762	0,80%	(33.324)	-240,24%
Divida Pública Consolidada	-	-	0	-	0	(1.064.839)	0	(249.778)	-76,54%	26.936	-110,78%
Divida Consolidada Líquida	-	-	0	-	0	46.762	0	(7.718)	-116,50%	(13.331)	72,74%
						(1.064.839)	0	(1.314.617)	23,46%	(1.287.681)	-2,05%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2012	2013	Variação %	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %
Receita Total	12.751.165	12.764.196	0,10%	13.958.500	9,36%	15.799.038	13,19%	15.972.031	1,09%	13.820.381	-13,47%
Receitas Primárias (I)	12.572.414	12.735.007	1,29%	13.712.360	7,67%	15.767.058	14,98%	15.939.906	1,10%	13.788.067	-13,50%
Despesa Total	12.751.165	12.764.196	0,10%	13.958.500	9,36%	15.799.038	13,19%	15.972.031	1,09%	13.820.381	-13,47%
Despesas Primárias (II)	12.717.349	12.668.847	-0,38%	13.898.500	9,71%	15.744.854	13,28%	15.918.706	1,10%	13.816.320	-13,21%
Resultado Primário (I – II)	(144.935)	66.160	-145,65%	(186.140)	-381,35%	22.204	-111,93%	21.200	-4,52%	(28.232)	-233,17%
Divida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	(1.002.957)	-	(222.849)	-77,78%	22.820	-110,24%
Divida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	44.044	-	(6.886)	-115,63%	(11.294)	64,03%
						(1.002.957)	-	(1.172.889)	16,94%	(1.090.928)	-6,99%

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2015), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2012, 2013 e 2014), bem como para os dois seguintes (2016 e 2017), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2012, 2013 e 2014 foram extraídos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, ~~anexo ao art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO~~, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de :

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - LDO PARA 2015

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	Valores em R\$ 1,00						
		REALIZADO 2011	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	REESTIMADO 2014	PROJETADO 2015	PROJETADO 2016	PROJETADO 2017
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	11.897.709,00	12.181.289,00	13.641.819,07	14.839.680,00	16.020.287,00	17.426.404,11	18.792.885,22
1.1.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.111.947,00	3.877.718,00	4.400.019,16	4.716.620,00	5.184.735,00	5.627.793,00	6.055.577,04
1.2.0.0.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	26.348,00	23.810,00	21.455,33	21.820,00	21.820,00	21.820,00	21.820,00
1.2.0.0.00.00.00	Receitas de Contribuições - P.M	26.348,00	23.810,00	21.455,33	21.820,00	21.820,00	21.820,00	21.820,00
1.3.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	100.149,00	42.837,00	63.489,20	28.140,00	27.782,84	28.498,87	30.884,43
1.3.0.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	100.149,00	42.837,00	63.489,20	28.140,00	27.782,84	28.498,87	30.884,43
1.3.0.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - P.M	100.149,00	42.837,00	63.489,20	28.140,00	27.782,84	28.498,87	30.884,43
1.3.0.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS (Fonte 0050)	100.149,00	42.837,00	63.489,20	28.140,00	27.782,84	28.498,87	30.884,43
1.4.0.0.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	8.890,00	8.890,00	8.890,00	-	-	-	-
1.4.0.0.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
1.4.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	103.282,00	108.720,00	128.718,04	278.200,00	300.024,11	324.566,76	351.440,05
1.5.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.825.891,00	11.808.118,00	13.048.838,33	13.422.830,00	14.208.239,86	15.401.813,73	16.397.353,43
1.5.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.072,00	29.860,00	30.111,47	618.078,00	663.272,23	717.241,05	778.995,19
1.5.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P.M	44.072,00	29.860,00	30.111,47	618.078,00	663.272,23	717.241,05	778.995,19
1.5.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R.P.P.S (Fonte 0050)	44.072,00	29.860,00	30.111,47	618.078,00	663.272,23	717.241,05	778.995,19
1.6.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	728.310,00	478.824,00	400.831,73	1.388.780,00	3.277.838,82	3.208.729,24	647.287,27
1.6.0.0.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	728.310,00	478.824,00	400.831,73	1.388.780,00	3.277.838,82	3.208.729,24	647.287,27
1.6.0.0.00.00.00	ALIEQUACAO DE BENS	728.310,00	478.824,00	400.831,73	1.388.780,00	3.277.838,82	3.208.729,24	647.287,27
1.6.0.0.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	83.117,00	24.328,00	4.325,11	140.000,00	6.200,82	6.128,84	1.385,17
1.6.0.0.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	6.200,00	3.891,00	4.141,40	6.780,00	6.200,82	6.128,84	1.385,17
1.6.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	381.873,00	448.824,00	681.865,29	1.134.010,00	3.271.638,00	3.202.600,00	590.000,00
1.6.0.0.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS (Fonte 0050)	381.873,00	448.824,00	681.865,29	1.134.010,00	3.271.638,00	3.202.600,00	590.000,00
1.7.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-	-	-	-
1.7.0.0.00.00.00	TOTAL DA RECEITA	10.818.389,00	10.740.438,00	12.168.745,84	13.888.600,00	16.773.838,84	17.902.838,38	18.812.930,02

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	Valores em R\$ 1,00						
		LIGUIDADO 2011	LIGUIDADO 2012	LIGUIDADO 2013	REESTIMADO 2014	PROJETADO 2015	PROJETADO 2016	PROJETADO 2017
3.0.0.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	8.811.129,89	10.159.043,30	10.480.303,02	11.817.449,00	12.889.894,04	13.241.237,22	14.418.784,81
3.1.0.0.00.00.00	DESPESA DE PESSOAL	4.187.254,88	5.207.226,18	5.897.637,70	6.884.483,18	7.109.895,80	7.658.143,02	8.552.885,41
3.1.0.0.00.00.00	Pessoal Cível	4.187.254,88	5.207.226,18	5.897.637,70	6.884.483,18	7.109.895,80	7.658.143,02	8.552.885,41
3.1.0.0.00.00.00	Pessoal de R.P.P.S. (Fonte 0050)	-	-	-	-	-	-	-
3.2.0.0.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.889,38	30.131,82	18.884,88	10.000,00	12.800,00	15.041,28	1.088,67
3.2.0.0.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS (Fonte 0050)	11.889,38	30.131,82	18.884,88	10.000,00	12.800,00	15.041,28	1.088,67
3.3.0.0.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.612.085,63	4.921.685,30	4.571.780,44	4.922.965,82	5.776.998,24	5.577.993,92	5.764.808,73
3.3.0.0.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.612.085,63	4.921.685,30	4.571.780,44	4.922.965,82	5.776.998,24	5.577.993,92	5.764.808,73
3.4.0.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.344.709,82	1.021.118,28	1.071.883,17	1.272.081,00	3.861.874,87	4.848.849,87	1.376.148,80
3.4.0.0.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.329.820,84	884.389,06	1.031.809,28	1.222.081,00	3.828.847,33	4.806.221,33	1.361.423,33
3.4.0.0.00.00.00	Investimentos	1.329.820,84	884.389,06	1.031.809,28	1.222.081,00	3.828.847,33	4.806.221,33	1.361.423,33
3.4.0.0.00.00.00	Investimentos RPPS (Fonte 0050)	-	-	-	-	-	-	-
3.5.0.0.00.00.00	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
3.5.0.0.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
3.6.0.0.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	14.888,98	44.717,84	49.494,61	40.000,00	44.727,24	44.727,24	4.727,27
3.6.0.0.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	288.875,00	523.290,83	610.852,58	664.098,61
3.6.0.0.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.6.0.0.00.00.00	TOTAL DA DESPESA	10.168.838,30	11.184.180,18	11.560.248,29	13.988.600,00	16.773.838,84	17.802.038,38	18.812.930,02

Município de :
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	11.017.034,37	73,48%	9.729.719,38	88,32%	9.432.499,74	96,95%
Reservas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Resultado Acumulado	3.975.754,25	26,52%	1.287.314,99	11,68%	297.219,64	3,05%
TOTAL	14.992.788,62	100,00%	11.017.034,37	100,00%	9.729.719,38	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	11.017.034,37	73,48%	9.729.719,38	88,32%	9.432.499,74	96,95%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	3.975.754,25	26,52%	1.287.314,99	11,68%	297.219,64	3,05%
TOTAL	14.992.788,62	100,00%	11.017.034,37	100,00%	9.729.719,38	100,00%

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2011, 2012 e 2013), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Ativo Real Líquido", quando o resultado é superavitário e "Passivo Real a Descoberto", quando o resultado apresenta-se deficitário.

O Município não possui regime próprio de previdência social, desta maneira, os valores acima se referem ao Superávit financeiro da Prefeitura.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2011 a 2013, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 9.729.719,38 em 31.12.2011 para R\$ 14.992.788,62 em 31.12.2013

Município de :
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2013	2012	2011
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2010			
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	8.923,11	32.711,99	93.112,47
Alienação de Bens Móveis	8.923,11	32.711,99	93.112,47
Alienação de Bens Imóveis	-	12.066,48	66.917,00
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	8.923,11	20.645,51	26.195,47
TOTAL	8.923,11	33.231,20	94.378,97

DESPESAS EXECUTADAS	2013	2012	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	1.079.963,37	1.107.644,53	1.574.993,84
Inversões Financeiras	1.031.508,86	1.062.917,29	1.560.084,76
Amortização da Dívida	-	-	-
48.454,51	44.727,24	14.909,08	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	1.079.963,37	1.107.644,53	1.574.993,84
SALDO FINANCEIRO	(4.213.720,95)	(3.142.680,69)	(2.066.267,36)

FONTE:

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2011, 2012 e 2013).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de :
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2015	2016	2017	
ISS	Anistia		372.164,48		-	Vide Obsevação abaixo
IPTU	Anistia		52.337,05		-	
ALVARÁ/TAXAS	Anistia		4.815,40		-	
AGUA	Anistia	Todo contribuinte inscrito em dívida ativa até 2013.	3.383,24		-	
Subtotal tributos			432.700,17			
Trabalhos com Veículos e Equipamentos Rodoviários	isenção	produtor de leite pronaiano até quatro cargos de pedra para cada propriedade rural	38.400,00	38.400,00	38.400,00	
Trabalhos com Veículos e Equipamentos Rodoviários	isenção		61.320,00	61.320,00	61.320,00	
Subtotal demais tributos			99.720,00	99.720,00	99.720,00	
TOTAL			532.420,17	638.720,00	638.720,00	

FONTE:

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2015 foram previstos tomando-se por base o valor de juros e multas dos respectivos tributos na data de 31/05/2014, conforme relatório do setor de tributos. Os valores acima correspondem a renúncia caso todos os contribuintes quitem suas dívidas ativas.
 2 - a lei de anistia terá vigência para o exercício de 2015, não havendo previsão de renúncia para os exercícios de 2016 e 2017.

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 53 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

METODOLIGA DE CÁLCULO DA RENÚNCIA DA RECEITA
 Nessas condições todo o valor de juros e multa da Motolla seria "perdoado"
 o que corresponde a: R\$ 365.593,88

com Mauro:	com Duda	valor da isenção
quantidade de produtores de leite pronaftanos - 320	maior valor da carga de pedra	R\$ 38.400,00
quantidade de proprie	maior valor da carga de pedra	R\$ 61.320,00

Desta maneira, a receita própria de dívida ativa fica projetada nos seguintes valores:
 vir arrecadado até 06/14

	para ano p 2015	p 2015
ISS	R\$ 977,39	R\$ 1.954,78
IPTU	R\$ 14.825,51	R\$ 29.651,02
		R\$ 0,00
TAXA DE LOCALIZAÇÃO/FUN CIONAMENTO ÁGUA	R\$ 2.534,54	R\$ 5.069,08
		R\$ 0,00
AUMENTO	R\$ 18.337,44	R\$ 36.674,88
		R\$ 335.351,93
		R\$ 298.677,05

PORÉM, OS JUROS E MULTAS

	vir arrecadado até 06/14	para ano p 2015	p 2015
ISS	R\$ 335,01	R\$ 670,02	
IPTU	R\$ 8.003,40	R\$ 16.006,80	
		R\$ 0,00	
TAXA DE LOCALIZAÇÃO/FUN CIONAMENTO ÁGUA	R\$ 1.105,50	R\$ 2.211,00	
		R\$ 0,00	
	R\$ 9.443,91	R\$ 18.887,82	R\$ 0,00
VALOR PELA MÉDIA A ARRECADAR EM 2015	R\$ 55.562,70		
EM 2016	R\$ 55.562,70		
EM 2017	R\$ 55.562,70		
	<u>R\$ 166.688,10</u>		
VALOR A ARRECADAR COM ANISTIA EM 2015	R\$ 298.677,05		
PERCENTUALMENT	1,79183187		

Considerando no parâmetro pela média, o percentual de esforço tributário ficou em 15,93%, trabalhou-se com este percentual pelo princípio da prudência

Município de :
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2015

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2014
Aumento Permanente da Receita	135.344,58
Decorrente de Receitas Tributárias	102.161,83
Decorrente de Transferências Correntes	33.182,76
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(36.752,44)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	98.592,14
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	98.592,14
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	(141.096,89)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	131.309,86
Relativas a Outras Despesas Correntes	(272.406,75)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	239.689,03

FONTE:

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2015 considerou-se a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes no biênio 2014-2015

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2015, foi calculado pela diferença a valores constantes observada no biênio 2014-2015 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.